



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

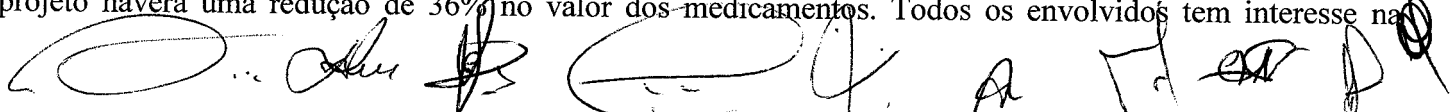
Av. Guilherme Schell, 6068 esq. Ernesto Wittrok.
CEP: 92.310.000 – CANOAS - Fone (51) 34767784/34763590.

Ata 02/18

Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito, em sua sede a Rua Guilherme Schell, 6068, na Casa dos Conselhos Carlos Rosa, Centro de Canoas, às 18h45min, em segunda chamada se dá o início da reunião do CMS de Canoas. A pauta desta data contará com as seguintes matérias: Informações da Mesa, apresentação, análise e votação do Relatório de Prestação de Contas do 3º Quadrimestre de 2017, Projeto Alíquota Zero para Medicamento e assuntos gerais. O presidente Mário faz a abertura da assembleia cumprimentando aos presentes e pede ao secretário da Mesa que leia a ata da reunião de 22.01.2018 que foi lida e aprovada por unanimidade. O Presidente informa que Cedemos um televisor de plasma, que foi estragado por componentes de outro conselho, que não se apresentaram.. Diz que o conselho tem dois aparelhos de ar condicionado. Um na sala do CMS e outro embaixo da mesa. Os dois serão colocados em funcionamento em breve. Um no auditório para benefício de todos os conselhos e outro será consertado, pois estava se deteriorando. Ficou acertado que antes do condicionador de ar ser instalado no auditório, os demais conselhos se comprometem a zelar pelo aparelho. O ventilador prometido pela secretária Rosa não será entregue, pois quando foi testar, o ventilador estava estragado. O bebedor está em conserto, pois foi ligado em tensão errada. Cita que no dia de hoje, os nossos delegados da Conferência de Vigilância em Saúde embarcaram para Brasília. Viajaram nosso conselheiro Ivo e os trabalhadores Adriana, Getúlio e Guilherme. Sugere para reunião da Comissão de Humanização com a secretária, as 2ª terça-feira de cada mês, às 09h00min, na SMS. O Presidente começa a narrar o processo de análise da prestação de contas do 3º quadrimestre do ano de 2017. Diz que houve uma reunião das Comissões de Orçamento e Finanças e Técnica, pela manhã. O relatório está à disposição para o conselheiro que quiser olhar. Lembra aos conselheiros locais os procedimentos de averiguação. Os conselheiros analisaram 787 páginas compostas de empenhos, notas e justificativas. A CLS Clarice pergunta se o relatório fica na secretária do CMS? O conselheiro Eduardo Favero responde que o material é público e que estará disponível para verificação no local. O CM Leandro diz que o mesmo deve ser publicizado no site. O Presidente fala que duas correspondências deverão ser encaminhadas a PGM e ao Sr. Prefeito. Uma pedindo explicações sobre o caso do Sr. Nelson Johan e outro questionando a falta de defesa jurídicas nas demandas por itens de marca, como requisições de fraldas da Mônica. Outro questionamento da comissão se referiu a entrega de ranchos aos pacientes da Tisiologia, ficando o CM Ivo Nunes, componente do Comitê Estadual de Combate a Tuberculose de ver até que ponto a lei obriga. O CM Carlos Olegário pergunta, quantos procuradores estão trabalhando e quanto custa ao erário? O CM Marcos Ferreira defende dizendo que devemos levar em consideração o custo de deslocar um procurador e de custas judiciais. Discordância geral. O Presidente Mário afirma que a PGM diz ser a última escala e que a SMS deve ter advogados em uma comissão de análise. Vamos fazer um pedido. O CM Eduardo conta que conversou com o procurador da cidade de Glorinha e o mesmo contou o que acontece na sua cidade e o Presidente diz que lhe alega saber que houve alterações no modo do município ver sua saúde, cujo CMS estava na mão do gestor e hoje o comando está com os usuários. Cachoeirinha estava com o conselho quase desativado, quando estiveram aqui conversando com a Mesa Diretora. Várias reuniões e ontem nos mandaram convite para a posse da nova Mesa, eleita com nossa visão, no dia 07/03/2018. A CLS Clarice menciona experiência sua, em relação à judicialização na saúde, onde eles criaram uma comissão de saúde pública, com pessoas especializadas para auxiliar os juízes. O CM Marcos diz que é ideia da secretaria com médicos e procuradores. O Presidente fala que o CM diz que juiz não é técnico e pro isso precisa assessoria. E que teremos reunião com o DTA para discutirmos compras e acondicionamento de medicamentos. O CM Eduardo sugere a divulgação em UBSs do calendário de vacinas, dias, locais e horários, pois, constantemente, é arguido por usuários. O Presidente manifesta que a saúde é direito de todos e dever do Estado, mas que o dever do Estado não exclui o das pessoas. O conselheiro Marcos, da FMS informa que já estão sendo providenciados os layout dos murais e móveis das UBSs. O vereador Bamberg pergunta sobre a possibilidade de diminuir a judicialização. O CM Mário cita que existe uma indústria de demandas judiciais. O diretor Cleber, do DTA, diz que até mesmo vereadores indicam advogados. A secretaria está criando cartilhas e buscando entendimentos. Continuando a apresentação do relatório. Passa a palavra ao CM Eduardo da Comissão de Orçamento e Finanças que passa

[Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including names like 'Mário', 'Eduardo', 'Clarice', etc.]

a discricionar o processo, que sofreu diversos revezes. Nomeou discrepâncias e inconveniências nos lançamentos, como os casos mencionados pelo Presidente. A preocupação com as questões judiciais é permanente. Expõe os pedidos feitos e lê o parecer das comissões que sugere a plenária à aprovação do entendimento das Comissões de Orçamento e Finanças e Técnica. O Presidente após este interim repassa a palavra ao Sr. Cleber Brito, Diretor da SMS, que faz a apresentação financeira de receitas e despesas da Secretaria. Este começa pela demonstração dos valores dos recursos empreendidos no período. Discriminou os recursos de Receita Corrente referentes à parte municipal: livres, IPTU, IRRF, ISS, ITBI, fiscalização da Vigilância Sanitária, remuneração de juros, Cotas parte dos FPM, ITR, ICMS, IPVA e IPI, multas e juros de mora da dívida tributária e receitas da dívida tributária e Lei Kandir, importando no montante de R\$ 58.359.630,77 (38,22%). Da divisão em blocos, dividiu os recursos provenientes do estado em assistência farmacêutica, atenção básica, de média e alta complexidade e vigilância em saúde no valor de R\$ 36.008.011,18 (23,58%). De origem federal a parcimônia se deu em assistência farmacêutica, atenção básica, média e alta complexidade, despesas de Capital e Vigilância em saúde, orçando em R\$ 58.320.753,63 (38,20%). O total de recursos foi de 152.688.395,58 (100,00%). Em um comparativo com o mesmo período do ano de 2016, em índices de participação de 38,36% a mais de recursos municipais e redução de 3,58% em estaduais e aumento de 2,76% em saldos federais. O aumento de R\$ 16.408.442,22 significa um incremento de 12,04% na receita. No tocante as despesas efetuadas no período, discorreu, diferenciando-as em folha de pagamento, materiais de consumo e distribuição gratuita, credenciados profissionais, Saudex, hospitais, UPAS, CAPS, SAMU, vigilância, CIEE, energia elétrica, aluguéis, ACADEF, Pró-renal, Multiágil, telecomunicações, FMS, Serviços de Terceiros PJ, obrigações tributárias e contributivas e despesas de capital, composto por R\$ 58.292.070,88 (40,63), municipal; R\$ 38.323.222,68 (26,71), estadual e R\$ 46.838.810,31 (32,65%), totalizou assim as despesas em R\$ 143.454.103,87 (100,00%). Na comparação com o mesmo período do ano passado, houve um aumento de 38,41% na participação municipal, e redução de 17,40% e 17,58% nas despesas com recursos estaduais e federais, respectivamente. Ao analisar percebemos que houve um redução de despesas no valor de R\$ 1.890.519,76, comparando o mesmo período do ano anterior, apresentando um percentual negativo de 1,31%. Em relação ao orçamento atualizado de 2017 de R\$ 482.678.756,35, somando-se os valores pagos e a pagar, o somatório de R\$ 423.855.652,23, formam um comprometimento de 87,81% dos recursos do erário público. O percentual de aplicação em ações e serviços públicos em saúde foi de 17,54% do orçamento do município. Termina a apresentação, o presidente que o município já gastou mais do que a obrigatoriedade legal. O diretor Cleber faz diversos comentários sobre os pedidos dos conselheiros. O CM Eduardo diz que o relatório foi arduamente verificado do dia 19.01 até 26.02. O Presidente enfatiza o investimento além da obrigatoriedade de 15% do orçamento em saúde. O Sr. Clovis contador da secretaria diz que a redução de participação do estado se deu devido ao atraso de repasses nos meses de outubro e novembro, que recebemos apenas em 31/01/2017. Colocada em votação, a matéria foi aprovada por 12 votos favoráveis e nenhum voto contrário ou abstenção. A CM Nedy pergunta como eram verificadas as homecare? E como eram controladas? A CM Margarete responde que estamos há bastante tempo com estes questionamentos. Buscamos a PGM para esclarecimentos e que se sente orgulhosa por estar fazendo parte deste trabalho. A CM Maria da Graça, da CNBB pede para ficar registrado que deveríamos receber com antecedência o material para ser analisado. Entendido pela plenária de que estava havendo desconfiança do trabalho das comissões. A conselheira retifica sua manifestação, asseverando de que não era seu objetivo desconfiar e que o que gostaria de ver antes seria o parecer. O CM Mário Dhein responde a conselheira que ela votou na aprovação do parecer e que o relatório ficará a disposição caso queira conferir. O CM Leandro Becker cita que o parecer é o resumo do entendimento das comissões. Finalizada a discussão. Entregue ata do CLS Igara dando conta da escolha das Sras. Leticia Gonçalves Tarrago e Eloa da Rosa Molinos, como coordenadora e vice. As duas se apresentam. Homologada a escolha.. O Presidente pergunta sobre serviços na unidade que deveriam ser providenciadas pelo locador? Resposta que não foram executados. O Presidente reclama que tem conselhos locais indo direto aos hospitais, marcando reuniões e fazendo fiscalizações, o que não pode acontecer, pois existem regras e hierarquia. Existe uma comissão para isto. Foi entregue pelo vice-coordenador do CLS Nova Niterói, Jairo Fernandes, membro da Comissão de Fiscalização deste conselho, acerca de problemas comentados em ata do Conselho Local. Trata-se de ocorrências no Hospital Universitário. As denúncias serão analisadas pelas Comissões de Fiscalização e Humanização. A próxima pauta será a apresentação do Projeto Alíquota Zero para Medicamentos, pelo Dr. Jorge Winker, que é mentor e neurologista coordenador no Hospital Universitário. O Médico comenta que com a aprovação do projeto haverá uma redução de 36% no valor dos medicamentos. Todos os envolvidos tem interesse na



adoção da medida. Afinal todos ganharão, pois os laboratórios continuarão vendendo o mesmo. Os governos vão pagar menos e os usuário terão impacto nas suas contas. O CM Marco fala em mandar ofícios aos parlamentares e coloca a disposição as UBSs para captar mais assinaturas. Continua sua fala dizendo ser importante levar a Comissão de Saúde na Câmara dos Deputados. A Sra. Patrícia Fischborn, coautora da iniciativa, diz que estamos em tratativas para uma Audiência Pública. A CM Marco Ferreira cita uma dificuldade a ser ultrapassada, a viabilidade econômica e o CM Eduardo concorda dizendo que o impacto da Receita na arrecadação está sendo calculado. Dr. Jorge diz que a base já está organizada e agora começa a parte política. A Sra. Patricia convida a quem quiser participar do grupo de whatsapp que só lhe comunique que ela adicionará. O Dr. Jorge diz que é crucial que recolhamos as assinaturas o mais rápido possível. O CM Marcos diz que o problema crucial da sonegação é muito sério, pois foram 523 bilhões no ano de 2015 e 403 milhões em investimentos. Parabeniza o conselheiro Eduardo por trazer o Dr. Jorge a casa e a importância do projeto. A CM Maria da Graça elogia por ter partido de um médico para seus pacientes. É um exemplo de humanização magnífico. O Presidente agradece aos conselheiros a atenção dispensada e ao vereador Bamberg por capitanear nova etapa. O Vereador Bamberg convida para que seja apresentado o projeto a Comissão de Saúde da Câmara de Vereadores. Encontro finalizado, às 21h11m, em que para constar eu, Eduardo Antonio Favero, Secretário, lavrei a presente ata, que vai por todos os interessados, assinada

Xhu
A.
Jorge
Jenifer